

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2016 e de 2015



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Índice

Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	> 5
Relatório Administração	> 6
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 17



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE.....			23	5.534
Disponibilidades.....		4	17	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5	-	5.510
Aplicações em depósitos interfinanceiros			-	5.510
Outros créditos			6	16
Diversos.....		6.a	6	16
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....			23.865	13.949
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5	4.949	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros			4.949	-
Outros créditos			18.916	13.949
Diversos.....		6.a	18.916	13.949
PERMANENTE			1	1
Investimentos.....			1	1
Outros investimentos			1	1
TOTAL DO ATIVO.....			23.889	19.484

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	PASSIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE.....			81	253
Outras obrigações.....			81	253
Fiscais e previdenciárias.....		6.b	3	200
Diversas.....		6.c	78	53
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....			9.707	1.301
Outras obrigações.....			9.707	1.301
Fiscais e previdenciárias.....		6.b	9.707	1.301
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		9	14.101	17.930
Capital social.....			15.415	15.415
Reserva legal.....			803	787
Reservas especiais de lucros.....			-	1.728
Prejuízos acumulados.....			(2.117)	-
TOTAL DO PASSIVO.....			23.889	19.484

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		317	419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		317	419
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		317	419
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.872)	50
Outras despesas administrativas	11	(258)	(213)
Despesas tributárias		(136)	(96)
Outras receitas operacionais	12.a	600	408
Outras despesas operacionais	12.b	(8.078)	(49)
RESULTADO OPERACIONAL		(7.555)	469
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(7.555)	469
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7	3.393	(186)
Provisão para imposto de renda corrente		-	(121)
Provisão para contribuição social corrente		-	(79)
Ativo/Passivo fiscal diferido		3.393	14
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		(4.162)	283
LUCRO/(PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(261,56)	17,79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.415	772	1.460	-	17.647
Lucro líquido do semestre	-	-	-	283	283
Destinações:					
Reserva legal	-	15	-	(15)	-
Reserva de lucros	-	-	268	(268)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015.....	15.415	787	1.728	-	17.930
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	15.415	803	2.045	-	18.263
Prejuízo líquido do semestre.....	-	-	-	(4.162)	(4.162)
Destinações:					
Reserva de lucros	-	-	(2.045)	2.045	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016.....	15.415	803	-	(2.117)	14.101

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		(4.162)	283
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		4.685	35
Constituição/atualização de provisão para riscos.....		8.078	49
Impostos diferidos.....		(3.393)	(14)
Lucro líquido ajustado.....		523	318
Variação de ativos e obrigações.....		(5.601)	(2.932)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez.....		(4.949)	-
Aumento em outros créditos.....		(199)	(2.682)
Redução em outras obrigações		(453)	(250)
Caixa líquido investido nas atividades operacionais.....		(5.078)	(2.614)
REDUÇÃO DO CAIXA NO SEMESTRE		(5.078)	(2.614)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		5.095	8.132
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	17	5.518

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

■ 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

■ 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de agosto de 2016.

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias são constituídos de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2016 e de 2015, não houve indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação** - A divulgação do lucro por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

■ 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades.....	17	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	5.510
Total	17	5.518

■ 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, mantidos com o controlador Banco Société Générale Brasil S.A., com vencimento para 08 de janeiro de 2018 no montante de R\$ 4.949 (R\$ 5.510 em 2015).

■ 6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos

	2016	2015
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7.e)	4.295	536
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 8.b)	14.621	13.286
Impostos e contribuições a compensar	6	143
Total	18.922	13.965
Curto prazo	6	16
Longo prazo	18.916	13.949
Total	18.922	13.965

b) Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	193
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7.d)	270	-
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	9.437	1.301
Outros	3	7
Total	9.710	1.501
Curto prazo	3	200
Longo prazo	9.707	1.301
Total	9.710	1.501

c) Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Provisão para despesas de publicação	15	15
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 10)	17	13
Provisão para despesas de auditoria	46	25
Total	78	53
Curto prazo	78	53
Total	78	53

■ 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.555)	469	(7.555)	469
Alíquota vigente	25%	25%	20%(*)	15%(*)
Expectativa de receita/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	1.889	(117)	1.511	(70)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(4)	(2)	(3)	(1)
Outras despesas não dedutíveis	-	12	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais	(2.020)	(12)	(1.616)	(7)
Provisão para publicação de balanço	2	-	2	-
Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	150	-	120	-
Outras diferenças temporárias	(6)	3	(5)	1
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa do período	(11)	-	(9)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(116)	-	(77)
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	1.885	9	1.508	5
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros períodos	-	(5)	-	(2)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	1.885	(112)	1.508	(74)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

<u>Ativo</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Base de cálculo		
Prejuízo fiscal e base negativa	46	-
Provisão para Riscos Fiscais	9.437	1.301
Outras provisões - diversas	61	40
Total	9.544	1.341
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	45%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos – diversos (nota explicativa nº 6 a)	4.295	536

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	351	282	633	327	196	523
Constituição de ativo fiscal diferido	2.034	1.628	3.662	8	5	13
Saldo final	2.385	1.910	4.295	335	201	536

d) Movimentação do imposto de renda diferido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	-	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	269	-
Saldo final (*)	269	-

(*) Nota explicativa nº 6 b)

e) **Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

<u>Ano</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Valor contábil</u>	
	<u>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias</u>	
2016	-	16
2017	48	-
2018	4.247	520
Total	4.295	536

Em 30 de junho de 2016, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 3.216 (R\$ 343 em 2015).

■ 8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	<u>Riscos Fiscais</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	1.359	1.252
Constituição (nota explicativa nº 12 b)	8.003	-
Atualização (nota explicativa nº 12 b)	75	49
Saldo final	9.437	1.301

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
<u>Probabilidade de perda</u>	<u>Valor reclamado</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor reclamado</u>	<u>Valor provisionado</u>
Perdas prováveis e obrigações legais (i)	9.437	9.437	1.301	1.301
Perdas possíveis (ii)	25.774	-	38.926	-
Perdas remotas (iii)	83.696	-	77.989	-
Total	118.907	9.437	118.216	1.301
Depósitos Judiciais(*)		14.621		13.289

(*) Nota explicativa nº 6 a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

(i) Perdas Prováveis e obrigações legais - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98) no montante de R\$ 1.416 (R\$ 1.301 em 2015) e processo de imposto de renda e contribuição social sobre day-trade no montante de R\$ 8.021 (R\$ 7.813 em 2015). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se majoritariamente ao auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 15.571 (R\$ 14.431 em 2015) sendo que há depósito judicial de R\$ 9.815 (R\$ 9.103 em 2015), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a. (iii) Perdas Remotas - Em fevereiro de 2015 a Corretora aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pelo art. 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo art. 145 da Lei nº 13.097/15 com Portaria PGFN/RFB nº 148, de 26/01/2015, para os débitos de IRPJ e CSLL oriundos de suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal, conforme art. 42 da Lei supracitada, no montante de R\$ 83.119 (R\$ 77.418 em 2015). A adesão ao programa de parcelamento resultou na alteração de prognóstico do caso de possível para remoto. A Corretora aguarda a homologação do pedido anistia pela Receita Federal para a baixa definitiva do processo.

■ 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - O capital social em 30 de junho de 2016 e 2015 era de R\$ 15.415, representado por 15.912.892 ações nominativas em 30 de junho de 2016 e de 2015, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração. c) **Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do semestre, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora. d) **Reserva de Lucros** - Em 30 de junho de 2016 foi apurado prejuízo, e o saldo da conta de Reserva de Lucros foi transferido integralmente para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Em 30 de junho de 2015, o lucro líquido apurado após a dedução da reserva legal, foi integralmente destinado para reserva de lucros.

■ 10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos bancários	17	8	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.949	5.510	317	419
Outras obrigações - diversas notas explicativas nº 6.c e 11).	(17)	(13)	(82)	(78)
Total	4.949	5.505	235	341

■ 11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas de serviços técnicos especializados	4	1
Despesas de processamento de dados	40	87
Despesas de serviços do sistema financeiro	10	6
Despesas de aluguéis (*)	18	18
Despesas de comunicações	64	-
Despesas de publicações	19	13
Despesas com auditoria	24	19
Despesas de serviços administrativos prestados (*)	64	60
Outras	15	9
Total	258	213

(*) Nota explicativa nº 10

■ 12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2016	2015
Atualização de depósitos judiciais	600	408
Total	600	408

b) Outras despesas operacionais

	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	8.003	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	75	49
Total	8.078	49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

■ 13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

DIRETORIA

CONTADOR:

Leandro dos Santos
CRC - SP 262040/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 16 de agosto de 2016



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC- 1SP172167/O-6